

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



Fundado em 1875

JULIO MESQUITA

(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA

(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

O enfoque político do problema da dívida

A maior diferença entre os regimes democráticos e os regimes totalitários é a capacidade dos primeiros de mudar, de evoluir, de adaptar-se às novas realidades. Mas, paradoxalmente, ao contrário do que acontece nos regimes totalitários, qualquer mudança nos países democráticos é muito mais lenta do que as que poderiam, em tese, operar-se em países totalitários, pois nestes elas dependeriam apenas da vontade dos governantes, que, para operá-las, não teriam de consultar quem quer que fosse, e muito menos enfrentar possíveis resistências da opinião pública.

Numa democracia os governantes, na verdade, têm muito menos poder do que em qualquer outro tipo de regime, e qualquer mudança estrutural, ainda que os governantes estejam convencidos de sua necessidade, depende de um longo trabalho de proselitismo junto à opinião pública e aos eleitores para que estes, finalmente, autorizem as autoridades constituídas a fazê-la.

O tratamento do problema da dívida externa dos países latino-americanos é um exemplo. A maior parte da grande imprensa norte-americana, o presidente Reagan e a maioria dos membros do seu governo, além de figuras proeminentes do mundo político e econômico dos EUA, já estão convencidos, a esta altura, da necessidade de dar um tratamento político ao problema, mesmo porque não é preciso ser um economista para ver que, mantidas as atuais condições, toda a questão desembocará num beco sem saída que terá consequências dramáticas para os dois lados: para os países devedores e, principalmente, para os Estados Unidos.

A elevação em mais 1/2% das taxas da primeira rate dos grandes bancos norte-americanos para clientes preferenciais dois dias depois do término da reunião de Cartagena certamente não contribui para relaxar as tensões já existentes nas relações entre esses países e os EUA. Mas, ao contrário do que querem fazer parecer certos comentaristas, não se tratou de "uma resposta" dos bancos norte-americanos às pressões dos governos representados na reunião de Cartagena, já que a flutuação dessas taxas de juros não é ditada apenas pela vontade dos banqueiros, mas pelo comportamento global da economia norte-americana.

Serve perfeitamente, no entanto, para realçar a necessidade de que seja dado um tratamento político ao problema da dívida. Em primeiro lugar, é ilusão pensar-se que é possível continuar tratando o assunto apenas do ponto de vista técnico, desde que o problema, para os devedores, tornou-se tão crucial e angustiante que passou a ser tratado exclusivamente por governos, e não por bancos — governamentais ou não — e seus técnicos financeiros. Assim, a desproporção que existe entre a gravidade que a questão assume para um lado e para o outro se reflete, desde já, na desproporção do nível dos interlocutores de cada lado: numa ponta da mesa, os técnicos financeiros dos bancos credores, representando, no máximo, alguns milhares de acionistas aos quais terão de prestar contas; e, na outra, governos, representando populações inteiras de nações para as quais cada decisão desses financeiros pode representar a vida ou a morte econômica, a estabilidade política ou o caos.

Num mundo irremediavelmente dividido entre as órbitas das duas grandes potências — e, por trás dessa representação, dividido entre dois estilos de vida, dois tipos opostos de organização da sociedade, duas filosofias —, os países da América Latina estão entre os poucos que ainda têm oportunidades reais de vir, dentro de um prazo visível, juntar-se à lista dos países livres, prósperos e politicamente estáveis. As dificuldades que enfrentam nesta caminhada já eram suficientemente grandes antes que o problema da dívida externa viesse concorrer para retardá-la. Mas, assim como para um pequeno banqueiro dos confins do Arkansas, por exemplo, é difícil entender por que ele e seus acionistas devem esperar mais para receber seu dinheiro, quando foi assinado um contrato de comum acordo entre as partes prevendo os prazos de pagamento, para beneficiar a população de um país longínquo que eles mal sabem onde fica, para os mexicanos ou para os brasileiros, acostumados a governos que fazem e desfazem ao seu bel-prazer as regras do jogo econômico, fica ainda mais difícil compreender o que lhes parece apenas a insensibilidade ou má vontade — senão coisa pior — de um governo de um país que, ainda por cima, apresenta-se como seu amigo e aliado. São estes os dois ingredientes — um em cada ponta da meada — que podem resultar, num prazo não muito longo, em alterações decisivas no equilíbrio mundial de forças...

Mas a desinformação desses dois personagens não nos parece um obstáculo irremovível, ainda mais diante da realidade crua do quadro que se apresenta: se olharmos o problema da maneira mais pragmática possível, um ponto saltará à vista de todos os banqueiros, devedores e governantes como evidente. A saber: a dívida da América Latina simplesmente não poderá ser paga se as regras do jogo não forem alteradas. Esses países devedores chegaram a uma situação politicamente insustentável a partir do momento em que se transformaram em "exportadores de capital", como lembrou Kissinger, tendo de pedir novos empréstimos para pagar os juros dos já contratados, entrando assim num círculo vicioso do qual não há saída. Assim, ainda que os banqueiros insistam, em nome do pragmatismo, em que a questão não é política, do lado de cá será o seu corolário político que fará com que os pagamentos cessem, antes mesmo que os dados financeiros do problema nos obriguem a isso. Apenas esse raciocínio deveria ser argumento suficiente para convencer os banqueiros de que, insistindo em não mudar as regras, estão jogando contra o seu próprio futuro. E para que se convençam é que julgamos indispensável a ação dos seus governos.

Mas não há tempo para esperar por modificações nestas sutilezas semânticas. Acentuando a miséria dessas populações, esses banqueiros — e, aos olhos dos latino-americanos, o governo dos EUA — estão também empurrando esses países, de mão beijada, para a órbita soviética, e as consequências de tal erro estratégico são facilmente previsíveis tanto do ponto de vista do equilíbrio de forças internacionais quanto do ponto de vista da própria economia ocidental, cujo alicerce básico é o comércio internacional...

Assim, seja a questão, em si, considerada política ou não, as suas consequências a curto e longo prazo são políticas, e são de uma importância evidente para os dois lados envolvidos, mas mais para um do que para o outro. E isso porque já não são pequenas as forças nesses países latino-americanos que se sentem atraídas pela tentação totalitária, contida até agora por um paciente esforço daqueles que, atrapalhados — como acontece agora — até pelos que deveriam ser os seus maiores aliados, tentam convencer suas populações das vantagens do modo de vida ocidental sobre os outros modelos que o mundo de hoje exibe.

Conforme dissemos no início deste comentário, nas democracias não é fácil uma mudança desta profundidade. Mas os governantes dos países credores, se não podem determiná-la pura e simplesmente, deveriam, em face da gravidade do que está em jogo, tomar uma atitude mais agressiva em seus próprios países, tanto no plano do proselitismo a favor dessa idéia quanto no do necessário apoio dos organismos financeiros governamentais aos banqueiros privados para que o problema receba um tratamento condizente com a importância política que ele tem para nós e para os Estados Unidos. Antes que seja tarde...